DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM GUANAMBI (BA): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA PLANETÁRIA

Suziane Silva Teixeira

Universidade do Estado da Bahia – DEDC *Campus* XII, Guanambi, BA, Brasil

ssuziane66@gmail.com

Danielle Oliveira da Silva Matos

Universidade do Estado da Bahia – DEDC *Campus* XII, Guanambi, BA, Brasil
daniellamatos2004@gmail.com

EIXO 3: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ÉTNICO-RACIAL, INTERCULTURAL, DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, FEMINISTA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Resumo

Este relato de experiência descreve e analisa criticamente uma oficina pedagógica sobre meio ambiente, realizada com estudantes do Ensino Fundamental em uma escola pública de Guanambi, Bahia. Para a sua elaboração, foi utilizada uma abordagem bibliográfica e descritiva, baseada no método de relato de experiência, que consiste no registro de vivências. A intervenção, fundamentada nos princípios da Educação Ambiental Crítica (EAC), teve como objetivo fomentar uma consciência socioambiental que articulasse o conhecimento à práxis transformadora. Os resultados revelaram uma profunda contradição entre o discurso ambientalmente consciente dos alunos e suas ações concretas. Conclui-se que a oficina funcionou como um potente instrumento diagnóstico, evidenciando os limites de abordagens pedagógicas pragmáticas e a necessidade de um trabalho contínuo, pautado na práxis, para a construção de uma cidadania planetária.

Palavras-chave: educação ambiental crítica; cidadania planetária; oficina pedagógica; práxis educativa; ensino fundamental.

1 Introdução

A contemporaneidade é marcada por uma crise socioambiental de múltiplas dimensões, que não se restringe a um problema ecológico, mas se revela como uma crise civilizatória. Essa conjuntura interpela diretamente o campo da educação, exigindo respostas pedagógicas que superem abordagens meramente técnicas ou comportamentais. Nesse cenário, emerge a

Educação Ambiental Crítica (EAC) como uma vertente contra-hegemônica que busca politizar o debate, questionando as estruturas sociais, econômicas e culturais que sustentam a degradação ambiental e a injustiça social.

A EAC se diferencia de outras correntes ao promover uma análise que articula as questões ambientais às dinâmicas de poder, desigualdade e modelos de desenvolvimento. Conforme a categorização proposta por Layrargues e Lima (2014), a macrotendência "crítica" se contrapõe às tendências "conservacionista" e "pragmática". Estas últimas, frequentemente, reduzem à educação ambiental a um conjunto de práticas individuais descontextualizadas, como a reciclagem ou a economia de recursos, sem questionar as causas estruturais dos problemas, o que resulta em uma abordagem apolítica e desmobilizadora.

A construção de uma cidadania planetária, conforme defendem Gutiérrez e Prado (2002), é o objetivo central da EAC. Este conceito ultrapassa a simples noção de direitos e deveres, como o direito a um ambiente equilibrado garantido pela Constituição (Brasil, 1988), exigindo, em vez disso, uma consciência de interdependência e responsabilidade mútua que se concretiza através da ação coletiva e transformadora.

Nesse sentido, a EAC se distancia das vertentes pragmáticas e conservacionistas que, frequentemente, reduzem a educação ambiental a um conjunto de práticas individuais e descontextualizadas, sem questionar as causas estruturais dos problemas. A abordagem crítica, ao contrário, busca politizar o debate, conectando as questões ambientais às dinâmicas de poder e desigualdade que sustentam a injustiça social. Para que a consciência de interdependência se converta em ação efetiva, é preciso um processo pedagógico que supere a mera transferência de saberes, engajando os sujeitos na leitura crítica de sua própria realidade.

Assim como diz Rosa e Cavalcanti (2018, p. 139), "não há desenvolvimento humano sem que se possa cuidar e zelar pelo nosso ambiente. E [...] isso só é possível pela educação, mas uma educação que forme cidadãos, profissionais, 'preocupados' preventivamente com o cuidado do planeta" . Como aponta Carvalho (2017), essa perspectiva dialoga com o conceito freiriano de conscientização, entendido como o processo pelo qual os sujeitos se percebem como agentes históricos, capazes de ler criticamente a realidade e atuar para transformá-la. Não se trata, portanto, de um saber meramente transferido, mas de um compromisso ético-político

com a superação dos problemas, pois "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 1996, p. 21).

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar criticamente a experiência de uma oficina pedagógica intitulada "O Meio Ambiente Começa em Mim", realizada em uma escola do ensino fundamental. A oficina foi concebida como uma tentativa de vivenciar os princípios da EAC, buscando investigar os desafios e as potencialidades de uma prática educativa que visa articular o saber ambiental ao agir no mundo, fomentando os alicerces para uma cidadania planetária.

2 Caracterização do espaço formativo

Para a construção do presente relato, utilizamos uma abordagem de cunho bibliográfico, documental e descritivo, baseada no método de relato de experiência, que, segundo Mussi, Flores e Almeida *et al.* (2021), podem ser advindas de pesquisas, ensino e extensão universitária, por exemplo, mas "não é, necessariamente, um relato de pesquisa acadêmica, contudo, trata do registro de experiências vivenciadas" (Lüdke; Cruz, 2010 *apud* Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 62). A experiência aqui relatada ocorreu em uma escola pública de Ensino Fundamental II, localizada em um bairro periférico do município de Guanambi[1], no interior da Bahia. A escolha da instituição foi motivada pela compreensão de que contextos de maior vulnerabilidade social frequentemente vivenciam de forma mais aguda os impactos da degradação ambiental.

Ademais, a intervenção pedagógica alinha-se diretamente à Lei Orgânica do Município de Guanambi (2002), que atribui ao poder público o dever de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Essa conformidade legal torna a abordagem da Educação Ambiental Crítica (EAC)

[1] Situado no interior da Bahia, o município de Guanambi se destaca como um polo de forte influência comercial na região (Prefeitura Municipal de Guanambi, 2024). Com uma área de 1.272,367 km², a cidade possuía em 2022 uma população de 87.817 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 69,02 hab/km². No que tange aos indicadores socioambientais, dados de infraestrutura revelam um contraste: enquanto 84,4% dos domicílios em áreas urbanas estão em vias arborizadas, apenas 52,1% das residências possuem esgotamento sanitário adequado. Adicionalmente, a taxa de mortalidade infantil no município é de 9,23 óbitos por mil nascidos vivos. Na área da educação, em 2010, a taxa de escolarização para crianças de 6 a 14 anos era de 97,8%, e o IDEB de 2023 foi de 5,4 para os anos iniciais e 4,6 para os anos finais do ensino fundamental (IBGE, 2023).

particularmente relevante e urgente. Além disso, a localização periférica dos participantes é uma variável central, visto que suas realidades, marcadas por possíveis injustiças ambientais como saneamento precário ou acesso desigual a espaços verdes, conectam a discussão global diretamente às suas lutas locais por dignidade.

Realizada em 25 de novembro de 2024, a oficina foi uma atividade de curricularização da extensão, concebida e executada por discentes do 4º semestre do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* XII. A atividade envolveu duas turmas de 5.º ano, com 13 alunos no turno matutino e 16 no vespertino. Foi observada uma considerável variação na faixa etária dos participantes, de 10 a 15 anos, um forte indicativo de trajetórias escolares irregulares, como a distorção idade-série, que pode estar associada a fatores de vulnerabilidade social.

O ambiente físico da escola apresentava elementos que sugeriam a presença de uma abordagem mais tradicional de educação ambiental. Em seus corredores, havia cartazes produzidos por alunos sobre temas como o ciclo da água e a reciclagem, além de lixeiras de coleta seletiva e uma frase de efeito: Pensar no futuro é agir no agora. Esses artefatos indicam que o tema "meio ambiente" já integrava o universo escolar, provavelmente por meio de uma perspectiva mais informativa e pragmática, focada em conteúdos e comportamentos específicos.

3 Descrição e análise da experiência

A intervenção pedagógica foi estruturada em três momentos interligados: o planejamento metodológico da oficina como ferramenta de conscientização, a narração dos eventos e diálogos que emergiram durante sua execução, e uma análise crítica aprofundada que confronta a teoria com a prática observada.

3.1 A oficina pedagógica como ferramenta para a conscientização

A escolha metodológica da oficina pedagógica fundamenta-se em sua essência como um espaço de aprendizado ativo que articula teoria e prática por meio do ciclo ação-reflexão-ação. Conforme preconizam Paviani e Fontana (2009), essa abordagem desloca o foco dos métodos expositivos para a construção coletiva do conhecimento, posicionando os estudantes

como protagonistas de seu próprio percurso formativo. Nesse contexto, o título da intervenção, "O Meio Ambiente Começa em Mim", foi concebido como um ponto de partida estratégico, e não como um reforço à visão individualista e culpabilizadora. A intenção, em uma clara alusão à pedagogia freireana, era partir da realidade concreta e da percepção do "eu" para, dialogicamente, construir a consciência crítica sobre as dimensões coletivas e políticas das questões socioambientais. A estrutura da oficina, detalhada no Quadro 1, foi inteiramente desenhada para facilitar essa transição do individual para o coletivo.

Quadro 1 - Estrutura da oficina pedagógica "O Meio Ambiente Começa em Mim"

Etapa	Atividade	Objetivo pedagógico
Acolhida e diálogo inicial	Apresentação dos participantes e da proposta.	Estabelecer um ambiente dialógico, horizontal e de confiança.
Sensibilização estética	Exibição de um vídeo com o poema "Saudações aos Rios", de Ailton Krenak.	Despertar a conexão afetiva, ancestral e sensível com a natureza.
Problematização crítica	Apresentação de imagens de degradação ambiental (escola, cidade, Amazônia).	Problematizar a realidade e conectar o micro (lixo na sala) ao macro (desmatamento).
Práxis lúdica	1. Dinâmica de desenho sobre o meio ambiente; 2. Dinâmica de separação de resíduos (reciclagem).	1. Externalizar as percepções, representações e saberes prévios dos estudantes. 2. Concretizar o conhecimento sobre gestão de resíduos e sua importância.
Sistematização	Roda de conversa final e reflexão coletiva.	Sintetizar os aprendizados e reforçar a conexão entre responsabilidade individual e ação coletiva.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

3.2 Ecos da prática: diálogos, percepções e contradições

A execução da oficina revelou dinâmicas distintas entre os dois grupos. A turma do período matutino mostrou-se mais engajada e participativa, enquanto a turma vespertina apresentou um comportamento mais agitado e disperso, o que demandou maior esforço na mediação pedagógica. Apesar das diferenças, em ambos os grupos emergiram momentos de profunda reflexão. Durante a exibição do vídeo, a reação a imagens de uma criança indígena

("*que bonitinho*") e de uma sereia ("*olha a Iara*") demonstrou uma conexão estética e cultural com os elementos apresentados.

O ápice da percepção crítica manifestou-se na fala de uma estudante que, ao observar uma imagem de desmatamento, sentenciou: "*Tia, se chama meio ambiente, porque já destruímos a metade"*. Essa frase, de notável poder de síntese, evidencia uma capacidade de análise que vai além da simples constatação, revelando uma compreensão da dimensão histórica e destrutiva da ação humana sobre o planeta.

A atividade de desenho corroborou essa percepção. Os estudantes não se limitaram a retratar paisagens idealizadas; muitos representaram cenas de degradação, como queimadas, poluição industrial e descarte incorreto de lixo, demonstrando que possuíam um repertório de informações consistente sobre os problemas ambientais.

Imagem 1, 2 e 3 - Desenhos feitos por três das crianças das turmas, retratando, respectivamente, a queimada, a poluição e o descarte incorreto do lixo

Fonte: Registros realizados pelas autoras (2024).

Contudo, a experiência foi marcada por uma contradição central e reveladora. Ao longo da oficina, observou-se que os mesmos alunos que articulavam discursos de preocupação ambiental descartavam lixo no chão da sala onde a atividade ocorria. A dissonância entre o saber e o fazer atingiu seu ponto mais emblemático ao final do turno matutino, quando um grupo de estudantes mais velhos, de outras turmas, foi visto apedrejando uma lagartixa no pátio da escola, por pura diversão, sem que houvesse qualquer intervenção por parte de outros membros da comunidade escolar presentes.

3.3 Análise crítica da práxis discente: entre o saber ambiental e o agir no mundo

A contradição observada entre o discurso e a prática dos estudantes é o dado mais significativo desta experiência e demanda uma análise aprofundada. O conhecimento que eles demonstraram possuir — sobre reciclagem, poluição, desmatamento — reflete o relativo sucesso de uma educação ambiental de viés pragmático ou conservacionista, alinhada àquela já presente nos cartazes da escola. Essa abordagem é eficaz em transmitir conteúdos e normas de comportamento, mas, como a experiência demonstra, falha em cultivar um compromisso ético profundo que se traduza em ação coerente.

Essa lacuna pode ser compreendida como uma falha de práxis. Para Freire (1987), a práxis é a unidade indissolúvel entre reflexão e ação, que permite a transformação do mundo; uma não existe sem a outra. Os estudantes parecem ter a "reflexão" (o conhecimento sobre os problemas), mas ela se encontra apartada da "ação" (suas práticas cotidianas). Eles detêm um saber *sobre* o meio ambiente, mas ainda não alcançaram um estado de "conscientização" no qual esse saber se torna um imperativo para a ação transformadora. O conhecimento permanece no plano abstrato, não internalizado como um valor que orienta o agir no mundo.

O episódio do apedrejamento da lagartixa, por sua vez, expõe uma questão ainda mais fundamental: a ausência de uma ética do cuidado. Este ato de crueldade gratuita revela uma profunda desconexão com outras formas de vida, uma incapacidade de reconhecer a lagartixa como um ser senciente, parte de uma comunidade de vida da qual todos fazemos parte. Essa falha não é meramente informacional; é uma falha de ordem afetiva e ética, evidenciando um distanciamento dos próprios objetivos da educação em direitos humanos, que visam promover o respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2012). Tal atitude contraria diretamente os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, que preconiza uma educação voltada ao "respeito pelo meio ambiente natural" (Nações Unidas, 2013), indicando que o conhecimento abstrato sobre ecologia, desvinculado de uma formação para a empatia e o respeito, se mostra ineficaz.

A construção da cidadania planetária não pode se restringir ao domínio cognitivo dos direitos e deveres, mas precisa, fundamentalmente, cultivar a empatia, o respeito e o cuidado para com o outro, seja ele humano ou não-humano. O conhecimento sobre a importância da

biodiversidade se mostra inócuo diante de uma disposição ética que permite a violência contra um ser vivo.

4 Considerações finais

A experiência vivenciada na oficina pedagógica “O Meio Ambiente Começa em Mim” permite concluir que o desafio da educação ambiental na escola básica é mais complexo do que a simples transmissão de conteúdo ou a promoção de encontros pontuais. A afirmação de que um único encontro não é suficiente, embora verdadeira, oculta a questão fundamental: o problema não é primariamente quantitativo, mas qualitativo e metodológico.

A oficina foi bem-sucedida não como um evento capaz de operar uma transformação imediata, mas como um potente instrumento diagnóstico. Ao criar um espaço para a práxis, mesmo que em microescala, a intervenção tornou visíveis as contradições latentes no processo educativo dos estudantes. Revelou que o conhecimento ambiental, quando desvinculado de uma formação ética e de uma prática política, torna-se um discurso vazio, incapaz de orientar a ação e de promover a mudança. A experiência expôs os limites de uma educação ambiental que informa, mas não forma; que prescreve comportamentos, mas não cultiva valores.

A superação dessa dicotomia entre saber e fazer exige uma mudança sistêmica. A construção de uma cidadania planetária não pode ser delegada a projetos isolados ou a disciplinas específicas. Requer que os princípios da Educação Ambiental Crítica sejam integrados ao currículo e, mais importante, à cultura da escola, transformando-a em uma comunidade de aprendizagem sustentável. Isso implica um trabalho contínuo e colaborativo, envolvendo educadores, estudantes e a comunidade em um processo dialógico de reflexão crítica sobre a realidade local e global.

Em última análise, a oficina reforça a convicção de que a educação ambiental, em sua perspectiva crítica, é um ato político e de esperança. Não se trata de sobrecarregar as crianças com a culpa pela crise planetária, mas de empoderá-las, por meio de uma práxis educativa libertadora, a se tornarem sujeitos conscientes e ativos na construção de um futuro socialmente justo e ecologicamente equilibrado, começando por transformar as relações em seu próprio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 48, 31 maio 2012. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/cursos-concursos/promocao/Anexo%20F7_RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNECP%201%20DE%2030%20DE%20MAIO%20DE%202012.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

CARVALHO, Jaciara de Sá. Uma concepção de cidadania (planetária) para formação cidadã. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 105-121, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5216/ia.v42i1.44516. Acesso em: 22 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUANAMBI. **Lei Orgânica do Município de Guanambi**. Guanambi, BA: Câmara Municipal, 2002. Disponível em: https://www.guanambi.ba.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-municipal/view. Acesso em: 22 ago. 2025.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. **Portal Cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/guanambi/panorama. Acesso em: 26 dez. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 set. 2025.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Francine de Paulo Martins; ALMEIDA, Cristiane Borges de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Acesso em: 22 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Brasília, DF: UNICEF, 2013. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 22 set. 2025.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Nívea Maria. Oficina pedagógica: uma metodologia de ensino. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 69-80, maio/ago. 2009. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/16. Acesso em: 22 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI. **A cidade**. Disponível em: https://guanambi.ba.gov.br/texto/a_cidade . Acesso em: 22 set. 2025.

ROSA, Adriano; CAVALCANTI, Márcia T. Direitos humanos, Meio ambiente e Educação. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 136-156, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.15202/1981896.2018v23n46p136. Acesso em: 22 set. 2025.